

A EVOLUÇÃO DA CONCEPÇÃO DE DEFESA DA ALEMANHA E POSSÍVEIS LIÇÕES PARA O CONCEITO OPERACIONAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO – FORÇA 40

THE EVOLUTION OF GERMANY'S DEFENSE CONCEPT AND POSSIBLE LESSONS FOR THE OPERATIONAL CONCEPT OF THE BRAZILIAN ARMY - FORCE 40

RODRIGO SCHMIDT RODRIGUES

RESUMO

No transcurso de sua história, as forças armadas da Alemanha passaram por modificações importantes, observadas no concerto mundial, principalmente, pelas características do país como importante economia nos âmbitos da União Europeia e do mundo, por seu posicionamento central na Europa ocidental e por sua história de Estado unificado e reunificado sob os auspícios de forte identidade nacional. Demonstrando evolução em sua Cultura Estratégica, que por décadas foi marcada por resistência ao emprego de forças militares fora de seu território, este ensaio investiga a evolução do pensamento estratégico de defesa alemão, discutindo as mudanças da concepção de defesa nacional após a reunificação, em 1990. Enfatizam-se, ainda, as medidas desencadeadas pelo país germânico e pela União Europeia para o aumento da capacidade dissuasória da OTAN, incluindo-se as ações da PESCO para desenvolvimento de produtos de defesa, bem como as empreendidas no período que se seguiu ao início da guerra russo-ucraniana, em 2022. Assim, pretende-se identificar lições que possam ser úteis à formulação do Conceito Operacional do Exército Brasileiro, o COEB – Força 40.

Palavras-chave: Alemanha; Forças Armadas; Cultura Estratégica; PESCO; COEB – Força 40.

ABSTRACT

Throughout its history, Germany's armed forces have undergone significant transformations, shaped by the country's central geopolitical position in Western Europe, its role as a major economic power within the European Union and globally, and its trajectory as a unified and reunified state under a strong national identity. This essay examines the evolution of Germany's strategic defense thinking, focusing on changes in its national defense conception after reunification in 1990. It highlights the gradual transformation of Germany's Strategic Culture, which for decades was undermined by reluctance to deploy military forces abroad. The study also discusses the initiatives undertaken by Germany and the European Union to enhance NATO's deterrence capabilities, including PESCO's efforts to develop joint defense capabilities and the strategic realignments that followed the outbreak of the Russia-Ukraine war in 2022. Based on this analysis, the article aims to identify relevant lessons that may inform the development of the Brazilian Army's Operational Concept – Força 40 (COEB – Força 40).

Keywords: Germany; Armed Forces; Strategic Culture; PESCO; COEB – Força 40.

O AUTOR

Coronel da Arma de Cavalaria, graduado em Ciências Militares (AMAN/2000). Mestre em Ciências Militares (EsAO/2009) e Doutor em Ciências Militares (IMM/ECEME/2022). Realizou os cursos de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO/2009) e de Comando e Estado-Maior (ECEME/2018-2019). No exterior, atuou como relator para América Latina e Caribe na Students Conference on United States Affairs, Academia Militar de West Point, Estados Unidos da América (USMA/1999), foi observador militar na Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO/2012-2013) e concluiu o Curso de Comando e Estado-Maior Conjunto, na Academia de Defesa Militar Conjunta, no Equador, em 2024. É analista da Seção de Política e Estratégia, na 3ª Subchefia do Estado-Maior do Exército.



1 INTRODUÇÃO

O protagonismo desempenhado pela Alemanha no cenário europeu é fator preponderante no equilíbrio de poder do continente. Em face das peculiaridades do país, bem como de sua história particularmente problemática durante os séculos XIX e XX, pode-se inferir que o papel do Estado nacional alemão no concerto das nações sofreu variações importantes tendo, contudo, sempre permanecido relevante.

A posição alemã no cenário mundial teve variações fulcrais que fizeram oscilar as percepções de outros Estados sobre cenários futuros de sua política de defesa, dentro de espectro que foi desde o receio quanto a uma eventual retomada de uma militarização que poderia ser destrutiva a uma paz incerta conquistada pela Europa a partir de 1945, até a enérgica cobrança por posicionamento mais assertivo que fosse coerente com as suas características geoestratégicas. De forma mais aprofundada e paradoxal, a Alemanha que teve perdas territoriais e foi responsabilizada com a “culpa de guerra” pelo Tratado de Versalhes de 1919, é a mesma Alemanha que emergiu com sua reunificação, em outubro de 1990, disposta a assumir o compromisso de aprender com os erros de um passado conturbado, conjuntamente com o que fora a extinta República Democrática Alemã. Enfim, a Alemanha que teve materializada dentro de seu próprio território a secessão que perdurou durante importante período da Guerra Fria é a mesma Alemanha que desempenha liderança incontestada no cenário europeu, sendo vista dessa forma no mundo e, peculiarmente, pela Aliança Militar do Ocidente.

Neste contexto, o anúncio recente do Chanceler alemão Friedrich Merz, no sentido de aumentar os investimentos de Berlim em defesa para o mínimo de 5% do PIB – compromisso este também assumido pelos demais integrantes da OTAN, no mês de junho de 2025 (Cartmell; Rutte, 2025) – são mais evidentes para o mundo em relação aos demais Estados da União Europeia (UE), mercê de sua característica de liderança no entorno regional. Com um PIB de US\$ 4,53 trilhões em 2023 e uma população de 83,3 milhões de pessoas (World Bank, 2025), seus últimos avanços nos assuntos concernentes a segurança e defesa têm tornado evidentes os esforços no sentido de modificar uma Cultura Estratégica sintetizada pela expressão “Nie wieder Krieg” (“Nunca mais Guerra”). Em síntese, a Bundeswehr tem em curso um processo que busca o estabelecimento de um desenho de força para o enfrentamento da realidade do retorno da guerra à Europa (Borrell, 2023), que consubstancia aspecto indutor de transformações geopolíticas em curso naquele continente.

Tomando-se em consideração a atual fase do processo de transformação do Exército Brasileiro, na qual se busca o desenvolvimento de capacidades visando à preparação da Força Terrestre para o enfrentamento de realidades como o desencadeamento de ações altamente letais por entes não estatais, as consequências sócio-políticas de mudanças climáticas, o surgimento de novos centros de poder e as repercussões do conflito armado russo-ucraniano, faz-se oportuna a observação de ações tomadas pelas forças armadas alemãs que podem ser úteis ao Exército Brasileiro (EB), no contexto de operações conjuntas, combinadas e interagências.

Em suma, o momento vivenciado pela Alemanha, em razão de sua importância geoestratégica, mormente após a sua reunificação, e pela crescente assunção de compromissos no âmbito da OTAN, pode trazer lições úteis ao projeto de desenho de força desejado para o Exército Brasileiro para a realidade das Operações no Multidomínio – 2040.

2 A ALEMANHA E SUA CULTURA ESTRATÉGICA – O SOERGUIMENTO DE UMA MENTALIDADE REALISTA DE DEFESA

Ao ser trazido em consideração o aspecto de que a Transformação Militar se relaciona a aspectos subjetivos, cresce de importância enaltecer o relevo que deve ser emprestado aos aspectos culturais e à história de cada Estado para que se possa compreender não apenas o porquê de seu processo transformacional militar, mas sim as circunstâncias que motivaram, condicionaram ou mesmo limitaram a construção de uma nova forma de conduzir a guerra. Longhurst (2004) assevera que a identificação de uma Cultura Estratégica deve guardar relação com a localização do período formativo de sua criação, sendo este espaço temporal necessário à formação da Cultura Estratégica na Alemanha, no entendimento do autor, mais fácil de ser identificado do que em outros casos.

Gray (1981, p. 36) definiu Cultura Estratégica como “modos de pensamento e ação com relação à força, que derivam da percepção da experiência histórica nacional, de aspirações por um comportamento responsável em termos nacionais” e mesmo da “cultura cívica e modo de vida”. Assim, a Cultura Estratégica “fornece o meio no qual a estratégia é debatida” e serve como um determinante independente dos padrões de política e de estratégia. Ainda que esses argumentos tenham chamado a atenção para a importância das condições internas de um país na formação do comportamento da política de segurança nacional, parece intuitivo que a operacionalização da Cultura Estratégica seja problemática e subjetiva.

Especialmente quando um exército obteve grandes vitórias, é a técnica operacional - a escolha dos objetivos operacionais, o padrão de colaboração entre as várias armas e serviços, por meio das quais o inimigo foi submetido - que se canoniza na memória (GRAY, 1999). Em que pese a menção feita por Klein (1991) dar conta do aspecto geral de vitórias, a ideia central repousa sobre o fato de que são os objetivos operacionais que constituem as memórias das grandes campanhas militares. Assim, cabe uma reflexão sobre a Guerra Franco-Prussiana, sobre as ações militares de Hitler durante a II GM, notadamente no que concerne às possibilidades desses conflitos haverem influenciado a Cultura Estratégica alemã e, por conseguinte, o processo transformacional militar como um todo. Com efeito, a posição adotada pela Alemanha nos anos que se seguiram à reunificação, traduzida pela notável resistência em desenvolver capacidades para a condução de conflitos armados, bem como em empregar tropas armadas em teatros de operações externos à área da OTAN, demonstra que a condução da 2ª Grande Guerra por parte da Alemanha Nazista, materializada pela Blitzkrieg e que levou o país a uma derrota jamais esquecida, aponta para a associação do uso da Força e o estabelecimento dos objetivos operacionais de Hitler a um passado que impôs à Alemanha uma realidade difícil de ser esquecida.

Em síntese, cada Cultura Estratégica nacional particular é condicionada por seu próprio conjunto de fontes importantes como história, geografia, cultura e política nacional, economia e tecnologia. No caso alemão, é oportuno trazer, para esta questão, o entendimento de Berger (1988) no sentido de que as restrições da Alemanha ao uso da força estão relacionadas à ideia de uma “cultura de antimilitarismo”, cujo surgimento foi confirmado pelo fim da Guerra Fria, que abriu oportunidades para o país se expandir e romper com suas políticas de segurança restritas ao entorno europeu, não tendo essas oportunidades, contudo, sido perseguidas nos anos que se seguiram à sua reunificação nacional.

A história da Alemanha agrava seu dilema de liderança relutante e se tornou um obstáculo para seu futuro. Após a Segunda Guerra Mundial, o país partiu para se recuperar economicamente sob a proteção de segurança dos Estados Unidos. Sem soberania plena durante a Guerra Fria e lutando contra seu histórico de nacionalismo, militarismo e nazismo, a Alemanha desenvolveu uma Cultura

Estratégica passiva, tímida, moralmente intransigente e dominada por sentimentos de culpa (Fulbrook, 2016). Assim, apesar da condição de potência econômica no centro do continente, relutou em assumir um papel de liderança. Como reflexos dessa cultura, houve hesitações em relação à reforma da UE e, em grande medida, obstáculos à contribuição em forças de intervenção, mesmo no âmbito da Europa.

Em termos históricos, Kundnani (2015) salienta que o prospecto de uma Alemanha unificada estava criando ansiedade na Europa, antes mesmo de sua concretização. À época, a Primeira-Ministra britânica Margaret Thatcher viu-se alarmada pela realidade da reunificação germânica que havia, de forma contundente, se tornado real nas semanas que se seguiram à queda do Muro de Berlim, em novembro de 1989. No contexto, a primeira-ministra temia que o caráter nacional alemão, assim como a dimensão e seu posicionamento central no continente europeu faria do país uma força mais desestabilizadora do que, propriamente, de estabilização na Europa.

3 A REUNIFICAÇÃO DA ALEMANHA E A NOVA CONCEPÇÃO DE DEFESA

Para Longhurst (2004), o fenômeno *Stunde Null*, passagem histórica importante na história da Alemanha para o entendimento da evolução de sua política de defesa, implica a total devastação e trauma físico, moral e psicológico que prevaleceu na Alemanha no final da Segunda Guerra Mundial. A menção ao conceito, que denomina o período que marcou o ocaso da Alemanha nazista, em maio de 1945, trouxe consigo um repensar forçado das concepções de identidade, poder e nacionalidade, uma vez que as definições anteriores ao final da Segunda Grande Guerra se mostraram profundamente desastrosas tanto para a Alemanha quanto para a comunidade internacional. Assim, no domínio da política de segurança e da organização das forças armadas, o termo transmite com precisão a clara ruptura com o passado que prevaleceu após a Segunda Guerra Mundial e sobre a qual novas políticas e práticas foram construídas (Longhurst, 2004). Certamente, a política de segurança alemã percorreu grandes distâncias desde a reunificação e as perspectivas sobre o uso da força mudaram, em muitos aspectos, de forma significativa.

A realidade de uma Alemanha reunificada em solo europeu despertou o temor dos Estados vizinhos. Segundo Mearsheimer (2001), as grandes potências temem umas às outras, mantendo olhar com suspeitas permanentes, temendo que a guerra possa estar iminente. Por esta razão, antecipam o perigo, caracterizando um ambiente internacional sem espaço para confiança entre os Estados. O autor considera que o nível de medo varia no tempo e no espaço, mas não pode ser reduzido a um nível elementar, uma vez que o entendimento de qualquer grande potência é o de que todas as outras grandes potências são inimigas em potencial. As reações de Reino Unido e França à reunificação da Alemanha no final da Guerra Fria bem demonstraram essa assertiva, pois mesmo esses três Estados tendo sido aliados por quase 45 anos, britânicos e franceses imediatamente começaram a se preocupar com os perigos potenciais de uma Alemanha unida (Mearsheimer, 2001). Em visão convergente, Kundnani (2015) traz em consideração que com a incorporação da antiga República Democrática da Alemanha, após a queda do Muro de Berlim, a República Federal da Alemanha sofreu acréscimo populacional de 17 milhões de pessoas tornando-se, dessa forma, significativamente maior que a França e que o Reino Unido.

Desde o fim da Guerra Fria e da reunificação, a Alemanha começou a dar seus primeiros passos na direção de um pensamento estratégico de defesa de contexto mais internacional. Os líderes políticos alemães enviaram o Bundeswehr para participar de missões de manutenção da paz na

Bósnia-Herzegovina e Kosovo e para apoiar a Operação Liberdade Duradoura e a Força Internacional de Assistência à Segurança (ISAF) no Afeganistão (Burns; Wilson; Lightfoot, 2012). Isso representou uma transformação extraordinária da política externa e de defesa alemã, tornada possível apenas pelo lugar seguro da Alemanha na OTAN e na União Europeia, bem como por meio de uma liderança política mais confiante e preparada para assumir maior responsabilidade internacional.

Após a queda do Muro de Berlim, as ameaças à segurança global mudaram e a combinação da reunificação e do aumento do pessoal militar colocou a Alemanha em um lugar que já não lhe permitia escapar do envolvimento militar internacional. A necessidade de reformas nas forças armadas tornava-se progressivamente mais evidente, em face de uma realidade de defesa europeia que se modificava de forma veemente. Assim, parecia imperiosa a transformação de um exército de defesa para o que Kuhbier (2012, p. 38) denominou “uma força militar móvel e flexível para as operações, ao mesmo tempo em que mantém a sua capacidade de defesa nacional”.

Historicamente, o “problema alemão” que atormentou os assuntos europeus desde o nascimento do país sob Otto von Bismarck, em 1871, até sua reunificação em 3 de outubro de 1990, foi finalmente resolvido (Burns; Wilson; Lightfoot, 2012). Goedecke (2003) declara objetivamente que “a queda do muro de Berlim simbolizou dois eventos fundamentais no início da década de 1990: o fim da Guerra Fria e a reunificação da Alemanha”. Em termos político-militares, uma Alemanha unida e democrática assumiu plenamente o seu lugar na União Europeia e na OTAN. O autor assevera, ainda, que tendo sido por mais de um século uma fonte de insegurança e instabilidade, a Alemanha é hoje o fiador essencial da moeda comum europeia e o país europeu chave da Aliança da OTAN.

Diante do status de país reunificado, e como força político-econômica no ambiente europeu ocidental, eram intuitivas as necessidades de adaptações essenciais na política de segurança e defesa da Alemanha. A condição de país-potência, estrategicamente localizado entre os antigos países da cortina de ferro e os Estados nacionais europeu-ocidentais, colocava os alemães em situação de dilema: ao mesmo tempo em que havia a ideia de que um país com características geopolíticas importantes deve possuir forças armadas que estejam à altura de seus atributos, as sombras do recente passado nazista encobriam o pensamento estratégico alemão. Neste sentido, Readman (2004) corrobora este pensamento ao salientar que a relutância do governo alemão em contribuir com forças militares durante a Operação Tempestade no Deserto, em 1990/1991, refletiu uma perspectiva política baseada na experiência histórica recente (Segunda Guerra Mundial), bem como em restrições constitucionais. O principal problema era que a Lei Básica¹ estipulava o emprego das forças armadas apenas em sistemas de defesa coletiva, no âmbito da OTAN, e excluía as missões de combate da Bundeswehr fora da região da aliança militar transatlântica.

¹ A Lei Fundamental foi adotada em 1949, inicialmente como um marco provisório para a organização básica do Estado até a reunificação alemã. O nome “Lei Básica” pretendia expressar seu caráter provisório. Mas, desde o início, a Lei Básica sempre conteve todas as características de uma constituição e funcionou efetivamente como tal por mais de 70 anos. No Tratado de Unificação de 31 de agosto de 1990, os governos da RFA e da RDA concordaram em restaurar a unidade alemã. Em vez de redigir uma nova constituição com um referendo posterior (de acordo com o artigo 146 da Lei Básica), o procedimento do artigo 23 da Lei Básica foi escolhido: a Alemanha Oriental aderiu à República Federal e cinco novos estados federais (Länder) e a cidade-estado reunificada de Berlim foi criada. Quando a reunificação entrou em vigor em 3 de outubro de 1990, a Lei Básica tornou-se a constituição de toda a Alemanha. Para mais, ver: RFA. Constitution of the Federal Republic of Germany. Disponível em <<https://www.bmi.bund.de/EN/topics/constitution/state-order/our-constitution/our-constitution-node.html>>.

Depois da aquisição da plena soberania, as expectativas cresceram por parte dos aliados e da comunidade internacional defronte do estado alemão como poder econômico, para assumir mais responsabilidades na manutenção da paz mundial e segurança internacional. Isto pressupunha uma participação alemã nas missões da ONU para assegurar e manter a paz, contrariando a interpretação restritiva do artigo 87a da Lei Fundamental por parte do Governo Federal (Liebig, 2015). Assim, a classe política estava enfrentando um dilema que tinha que ser resolvido: por um lado, o objetivo da República Federal da Alemanha (RFA) era de conduzir uma política externa previsível e estável; por outro, existia a cultura de discrição associada com a máxima que, nunca mais uma guerra deveria ser iniciada do solo alemão. Esta contradição, entre pressões de ação na área da política externa, e a atitude pacifista da sociedade que tinha que ser considerada na política interna, paralisou a capacidade de ação dos diferentes governos federais alemães em face dos novos desafios globais, após o fim da Guerra Fria (Meiers, 2005). A nova mudança na política de segurança da Alemanha foi feita com muito cuidado e começou com missões puras de manutenção da paz e humanitárias, como nos casos de Camboja e Somália. Assim, um “afastamento gradual da cultura tradicional da reticência”, apoiado no acórdão do Tribunal Constitucional, foi a condição essencial para aceitar o novo papel e alargar as responsabilidades de protagonista europeu. A mudança, de um conceito estratégico focado na defesa da pátria contra um adversário opressor, para uma realidade materializada pelo desdobramento de milhares de soldados fora da Alemanha (Readman, 2004) “representa uma evolução histórica importante em um curto período de tempo”, além de simbolizar uma virada histórica para a Alemanha em termos de política de segurança. O aumento da vontade dos políticos de empregar a Bundeswehr sem limites regionais, bem como a percepção de que “a Alemanha não pode se dar ao luxo de fugir às suas responsabilidades de solidariedade internacional”, foram fatores que alavancaram a busca por novas capacidades, além de uma renovação fundamental de forças.

Kundnani (2015), por sua vez, descreve as ações que se seguiram à relutância da Alemanha em relação ao emprego de suas forças armadas em territórios externos aos países membros da OTAN. Assim, em meio à conjuntura europeia pós-1990, o autor descreve os avanços progressivos iniciados por Berlim em direção a uma política externa mais intervencionista. Com efeito, já nos de 1992 e 1993, além de já haverem sido enviados os efetivos ao Camboja e à Somália, como parte de contingente das Nações Unidas para ajuda humanitária, foi a atuação nos Bálcãs que balizou o início de posição mais assertiva da Alemanha em relação a intervenções militares internacionais, notadamente a partir do ano de 1991, quando a antiga Iugoslávia começou a se desintegrar, em meio a conflitos entre sérvios, croatas e muçulmanos.

Contudo, a questão fundamental relativa à constitucionalidade de operações no exterior, fora do território da OTAN, só foi resolvida tempos mais tarde, em 12 de julho de 1994. Essa decisão afirma que as missões com emprego de tropas em áreas outras que não pertencentes a países membros da Aliança Militar Ocidental são constitucionais se o *Bundestag* alemão as aprovar previamente.

Reconhecendo a antiga condição da Cultura Estratégica alemã e elucidando a evolução recente do pensamento estratégico germânico, Major e Mölling (2025) descrevem as transformações em defesa empreendidas por Berlim. Ao destacarem o aspecto de ser conhecida por sua relutância em lidar com questões de segurança e defesa, reconhecem que a Alemanha foi forçada a passar por uma profunda transformação. Salientam que, por estar confrontada com a agressão russa na Europa, em meio ao desgaste da aliança transatlântica, o país não está apenas se rearmando, mas finalmente demonstrando novas intenções políticas e de liderança.

Torna-se intuitiva, portanto, a necessidade de aprofundamento investigativo em torno de quais ações foram empreendidas pelo governo alemão no que concerne tanto à sua defesa territorial quanto aos seus compromissos como Estado-Membro da OTAN e, de forma tácita, às suas responsabilidades como geopolítica no continente europeu.

3.1 A ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA 2023

O curso evolutivo do cenário geopolítico do pós-Guerra Fria tem como característica um grande dinamismo. A transição da ordem mundial bipolar para uma realidade caracterizada pelo surgimento de lideranças regionais no âmbito dos continentes tem causado incertezas profundas quanto à prospecção de cenários e, até mesmo, para o estabelecimento de um desenho de forças armadas que atenda a características de flexibilidade, adaptabilidade, modularidade, elasticidade e sustentabilidade (Brasil, 2023a).

A análise do concerto mundial, no período de 1990 aos dias atuais, dá mostras de evoluções relevantes na forma de condução dos conflitos armados, sendo importante mencionar que nem sempre esses movimentos evolutivos obedeceram a tendências em sentido único no que tange à natureza da guerra. Um olhar atento em relação às campanhas militares, do período imediatamente posterior à queda do Muro de Berlim aos dias atuais, por si só é capaz de demonstrar o espectro dentro do qual surgiram as lacunas de capacidades para as forças militares no período considerado. Detalhadamente, cumpre enaltecer que em quase quatro décadas o mundo foi palco de confrontos que opuseram forças regulares em combate convencional durante as Operações Desert Shield e Desert Storm entre coalisão liderada pelos Estados Unidos da América (EUA) contra o Iraque; sofreu o recrudescimento de conflitos internos motivados pelo tráfico internacional de drogas e de armas, com seus consequentes desdobramentos na degradação da estabilidade democrática dos Estados afetados – com importante incidência em países latino-americanos – e cujo enfrentamento com táticas e meios de guerra regulares era questionado; foi surpreendido pelo ataque terrorista às Torres Gêmeas do World Trade Center, nos EUA, aspecto que pôs em evidência a necessidade de preparação para o combate a um inimigo cujo modo de atuação passava a se caracterizar por alto grau de imprevisibilidade, letalidade e capacidade de espalhar pânico; viu amplificados os efeitos da guerra assimétrica, por meio da qual o inimigo, descaracterizado em termos militares aparentes, em meio à população em geral causava danos a pessoas, a instalações e à estabilidade dos países, por meio de atos terroristas perpetrados com alto grau de letalidade, como na França, em novembro de 2015; em contratendência, testemunhou o emprego de meios convencionais pela Rússia nas ações que culminaram na anexação da Península da Crimeia, infligindo perdas territoriais à Ucrânia e na campanha empreendida por Moscou, a partir de 2022, novamente sobre território ucraniano.

Mais do que puramente a variação na forma de condução dos conflitos, entre convencionais e não convencionais, as dimensões humana e informacional do espaço de batalha passaram a ter grande preponderância, ao lado da dimensão física (Brasil, 2025; United States of America, 2022), tendo esse aspecto ficado caracterizado pelo emprego da desinformação em ambientes de batalha cuja distinção entre combatentes e não-combatentes tornava-se cada vez mais complexa.

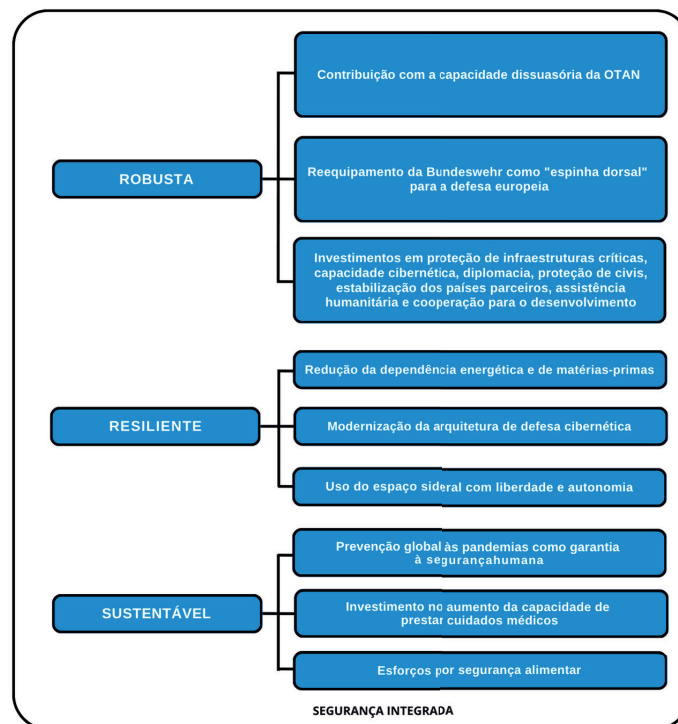
No cenário europeu, governos e suas equipes de planejamento de defesa iniciaram o desenvolvimento de políticas visando à preparação para o novo ambiente de segurança. De acordo com IISS (2024), além da Alemanha, países como Austrália, Finlândia, Noruega e Reino Unido se encontram no contexto do lançamento de novos documentos estratégicos relacionados à defesa. No ano de 2022, Olaf Scholz, que ocupou o cargo de Chanceler do país entre dezembro de 2021 e maio

de 2025, declarou um ponto de virada, uma *Zeitenwende*, logo após a invasão da Ucrânia pela Rússia (IISS, 2024). Neste contexto, o então Chanceler anunciou a criação de um fundo especial de €100 bilhões para as Forças Armadas alemãs (IISS, 2024). Posteriormente, Friedrich Merz, que sucedeu Scholz como chefe de governo no país, declarou que Berlim incrementará os investimentos em defesa, que poderão atingir €170 bilhões, firmando compromisso durante a cúpula de Haia da OTAN, realizada em junho de 2025, de dedicar 5% do Produto Interno Bruto (PIB) para defesa.

Impulsionada pela invasão em larga escala da Ucrânia pela Rússia, a Alemanha publicou, em 2023, sua Estratégia Nacional de Segurança (IISS, 2024), em meio às expectativas na Europa por mais assertividade em sua postura ante os assuntos de segurança e defesa, e em face de sua importância geoestratégica no centro no continente. Na busca do preparo de forças armadas capazes de enfrentar a realidade do combate moderno, o documento estabelece diagnóstico dos ambientes regional e global estabelecendo, a partir de então, áreas prioritárias para a defesa.

Na busca pelo desenvolvimento de Segurança Integrada, a defesa alemã entende ser primordial a reunião de todos seus ativos de defesa e instrumentos relevantes para que seja provida a proteção contra ameaças externas. Neste viés, o entendimento de Berlim para o desenvolvimento de sua estratégia é configurar a sua segurança com as características de robustez, resiliência e sustentabilidade.

Figura 1 – Síntese da Estratégia Nacional de Segurança da Alemanha - 2023



Fonte: adaptado pelo autor, com base em Federal Republic of Germany, 2023

Evidenciando importante evolução na forma de condução do pensamento estratégico alemão, a Estratégia Nacional de Segurança 2023 estabelece, de maneira clara, quais são seus eixos principais: identificação da Rússia como grande ameaça à estabilidade europeia; necessidade de busca de fontes energéticas e de matérias primas, reduzindo a dependência de Moscou neste aspecto e garantindo mais segurança à Alemanha para a condução de suas políticas interna e externa, em momento crítico no que concerne ao cenário de defesa; enfrentamento às ameaças ao bem-estar da humanidade em decorrência de mudanças climáticas; atenção à multipolaridade mundial e à emergência de novos centros de poder.

É de grande relevo mencionar a previsão de esforços para o reequipamento das forças armadas alemãs, com a finalidade de prover segurança aos cidadãos nacionais e oferecer a segurança colaborativa esperada no âmbito da OTAN. Sobre as modificações, o ex-Chanceler Olaf Scholz, na Estratégia Nacional de Segurança 2023 é claro ao mencionar:

Estamos nos adaptando a essas mudanças estratégicas. Com o momento decisivo que a guerra de agressão da Rússia representa, decidimos finalmente equipar nossa Bundeswehr adequadamente. Para que ela possa desempenhar sua tarefa principal também no futuro: defender nosso país e nossos aliados contra todo e qualquer ataque possível. Em apenas alguns meses, nos libertamos da dependência da energia russa e criamos alternativas. Este caminho para mais segurança e menos dependência é aquele que estamos seguindo resolutamente (Scholz, 2023, p. 5, tradução nossa).

Ao encontro dos aspectos já explorados neste esforço de pesquisa sobre as mudanças no cenário contemporâneo, o documento aborda o ambiente de segurança no qual a Alemanha está inserida, e que é caracterizado por profundas mudanças. Como diagnóstico, a estratégia em estudo classifica o cenário atual como sendo de crescente multipolaridade, no qual alguns países tentam remodelar a atual ordem internacional, motivados por suas próprias percepções acerca das rivalidades interestatais em curso. De forma clara, ainda, a estratégia alemã considera a Rússia, atualmente, como ameaça à estabilidade euro atlântica, posicionando-se, ademais, sobre a guerra russo-ucraniana em curso, considerando-a como violação ao direito internacional e à segurança europeia. De igual importância, é a avaliação feita em relação à China, que é vista por Berlim, a um só tempo, como parceira, concorrente e rival sistêmica (Federal Republic of Germany, 2023). Pode-se observar que os elementos de rivalidade e competição aumentaram nos últimos anos, ao mesmo tempo.

Compreendendo a ágil evolução do cenário mundial, com dinâmicas comprometedoras da segurança nos âmbitos regional e global, a concepção estratégica germânica identifica o terrorismo, o extremismo, o crime organizado e os fluxos financeiros ilegais como ameaças em ascensão (Federal Republic of Germany, 2023). De igual forma, os ataques cibernéticos, o comprometimento de infraestruturas críticas, a segurança energética e de matérias primas, as relações econômicas e financeiras internacionais são vistos como portadores de riscos à segurança e à estabilidade estatais. A questão climática, que em boa medida guarda relação com os fenômenos da pobreza, fome, doenças e a destruição de habitats naturais, ameaçando milhões de pessoas em todo o mundo, complementa o rol de óbices a serem suplantados pela estratégia nacional de segurança recentemente editada.

No que concerne ao desenho de força, a visão estratégica alemã visa ao incremento das capacidades da Bundeswehr, vista na atualidade como fundamental para a defesa na Europa. Tendo a defesa nacional como tarefa central, cumpre destacar que a defesa coletiva é, de igual forma, vista como fulcral para a Bundeswehr, entregando capacidades de dissuasão para a OTAN, buscando atingir, para isso, 5% do seu PIB (Cartmell, 2025), para atingir as metas de capacidade da aliança atlântica. Ao mesmo tempo, o planejamento prevê investimentos em proteção de infraestrutura crítica, capacidades cibernéticas, diplomacia eficaz, proteção civil e assistência humanitária dedicada, além de cooperação para o desenvolvimento.

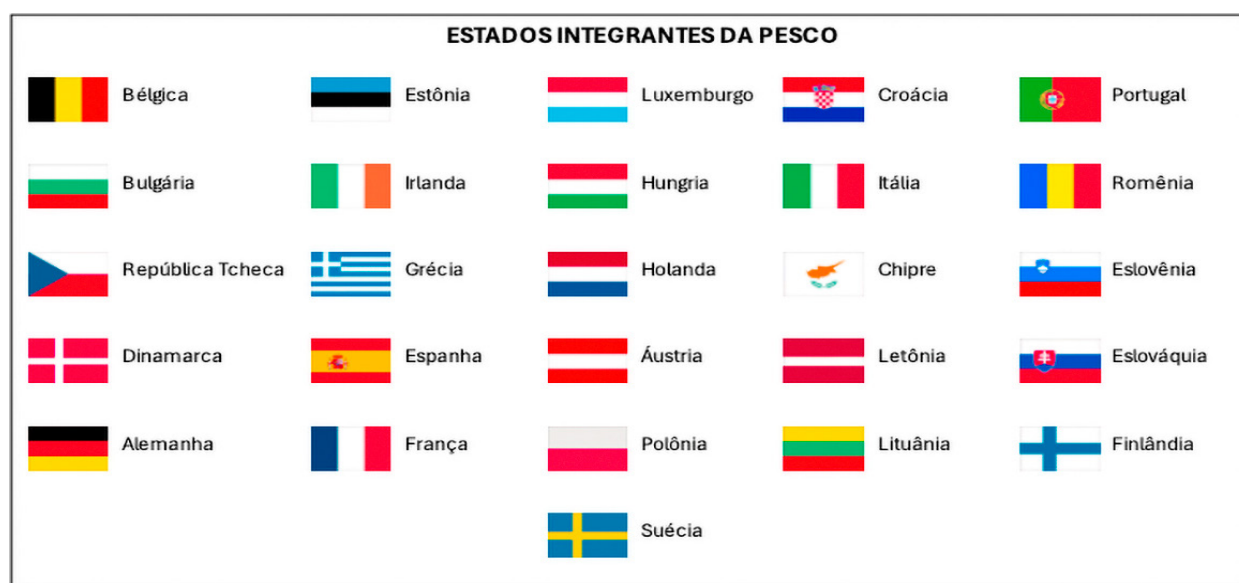
No escopo da publicação da Estratégia Nacional de Defesa, a Alemanha deu início, no ano de 2023, no projeto de desdobramento da 45ª Brigada Blindada, na Lituânia. Com efetivo aproximado de 5000 militares, a Grande Unidade tem a finalidade precípua de reforçar a segurança no flanco oriental da OTAN, tendo por grande motivação as ações da Rússia sobre a Ucrânia, em curso desde 2022 (Bundeswehr, 2025), e contribuindo para o compromisso de defesa coletiva no âmbito da aliança transatlântica.

Bundeswehr (2025) dá conta, ainda, da inauguração da Brigada, realizada oficialmente em cerimônia em 1º de abril de 2025. Em seu desdobramento, a Grande Unidade conta com 3 unidades de combate principais, sendo um Batalhão de Infantaria Mecanizado, um Batalhão de Carros de Combate e um Grupo de Combate Avançado, sendo todos esses elementos apoiados por unidades logísticas. Com o propósito primordial de entregar à OTAN poder de combate, a Bundeswehr deu passo importante no sentido de aumentar a sua capacidade dissuasória na região do Báltico.

3.2 A PESCO E A ALEMANHA

A Cooperação Estruturada Permanente (PESCO)² foi criada por intermédio da resolução nº 2017/2315, de 11 de dezembro de 2017, e representou avanço importante no desenvolvimento de projetos de materiais de emprego militar no âmbito da União Europeia. Na forma do prescrito no número 6 do artigo 42 do Tratado da União Europeia, os Estados-Membros com elevada capacidade militar e que tenham assumido compromissos mais vinculativos entre si no domínio de cooperação em segurança e defesa, com vistas à preparação para missões progressivamente mais complexas, estabeleceram uma cooperação estruturada permanente no âmbito da União Europeia (EUROPEAN UNION, 2017).

Figura 2 – Composição da PESCO



Fonte: adaptado pelo autor com base em Permanent Structured Cooperation (2025)

A adesão da Alemanha à PESCO representa ponto de inflexão importante para o desenvolvimento de uma política de defesa coletiva no âmbito da União Europeia, bem como para a eliminação de duplicidade de esforços no desenvolvimento de produtos de defesa, minimizando a ação de entraves que impedem o desenvolvimento de uma indústria de defesa competitiva e com melhores índices produtivos. A crença do país na estrutura da PESCO demonstra a firme intenção nacional em avançar a largos passos na direção de uma política de defesa mais objetiva. Sobre o assunto, a Presidente da Comissão Europeia e ex-ministra da defesa da Alemanha, Ursula von der Leyen, assim se referiu:

² PESCO – abreviatura do original em inglês Permanent Structured Cooperation.

A evolução da concepção de defesa da Alemanha

Tendo em conta os desafios globais, como o terrorismo, a pobreza e as alterações climáticas, a Europa deve agora começar finalmente a ganhar força. Aqueles que estão dispostos devem ser capazes de seguir em frente - sem serem bloqueados por outras nações individuais. Na área de defesa, já conseguimos fazer isso com a PESCO. No domínio da política externa europeia, ainda não fomos tão bem-sucedidos. Quando se trata de tomar decisões controversas, somos bloqueados pela exigência de unanimidade - na verdade, também precisamos de algo como uma PESCO na política externa (Leyen, 2018, p. 3, tradução nossa).

Figura 3 – Projetos da Alemanha na PESCO

COORDENAÇÃO	PARTICIPAÇÃO
- Transporte Aéreo Não Tripulado de Soldados Feridos (UNATIS)	- Facilitadores Quânticos para Vantagem Estratégica (QUEST)
- Míssil Ar-Ar de Curto Alcance (FSRM)	- Sistema terrestre integrado não-tripulado 2 (iUGS2)
- Capacidade futura de reabastecimento ar-ar (não tripulado)	- Helicóptero europeu de ataque Tiger Mark III
- Interface Optrônica Portátil Comum (CHOI)	- Sistema de mobilidade militar
- Projeto de substituição de chumbo em munições de infantaria (SLIA)	- Projeto de bases combinadas (Co-basing)
- Centro de Competência da Missão de Formação da União Europeia (EU TMCC)	- Sistema de Rádio Europeu Definido por Software (ESSOR)
- Sistema europeu de aeronaves de média altitude remotamente pilotadas (EURODRONE)	- Sistema Estratégico de Comando e Controle para Missões e Operações na Política de Segurança e Defesa Comum (EUMILCOM)
- Núcleo da Operação de Resposta a Crises da EUFOR (EUFOR CROC)	- Programa de Capacitação e Interoperabilidade em Guerra Eletrônica para Cooperação Futura em Operações Conjuntas de Vigilância e Reconhecimento (JISR)
- Comando Médico Europeu (EMC)	- Solução da União Europeia em Radio navegação (EURAS)
- Elemento de Coordenação de Apoio Geometeorológico e Oceanográfico (GeoMETOC)	- Centro Europeu Integrado de Treinamento Conjunto e Simulação (EUROSIM)
- Rede de Hubs Logísticos na Europa e Apoio às Operações (NetLogHubs)	- Programa de Materiais e Componentes para Competitividade Tecnológica da UE (MAC-EU)
- Transporte Aéreo Estratégico para Carga Excessiva (SATOC)	- Sistema de Aeronave de Pequeno Porte Remotamente Pilotada de Última Geração (NGSR)
- Centro de Coordenação Cibernética e de Domínio da Informação (CIDCC)	- Projeto Carga Tática de Tamanho Médio (FMTC)
- Centro Comum de Imagens Governamentais (CoHGI)	- Defesa de Ativos Espaciais (DoSA)
- Iniciativa Conjunta Europeia de Convergência para a Guerra Eletromagnética (JEEWCI)	- Rede Europeia de Consciência Situacional e Vigilância Espacial Militar (EU-SSA-N)
- Novo sistema de navegação para a Infantaria (InfNav w/o GNSS)	- Sistema de aviso oportuno e interceptação em vigilância de área baseada no espaço (TWISTER).
- Torpedo anti-torpedo (ATT)	- Rede de Centros de Mergulho da EU (EUNDC)
	- Nova geração de helicópteros médios (NGMH)
	- Infraestrutura e Redes de Comunicação Robustas (ROCOMIN)

Fonte: Organizado pelo autor com base em Permanent Structured Cooperation (2025).

Na atualidade, existem 75 projetos que contemplam sistemas de armas e adoção de medidas visando à interoperabilidade das forças armadas dos Estados que integram a cooperação. Corroborando as afirmações da Ministra alemã no que tange à importância da cooperação em defesa para a política germânica, verifica-se que Berlim toma parte em 36 desses empreendimentos, quer como país coordenador, quer como Estado contribuinte.

Para Gotkowska (2017), a participação alemã na PESCO sinaliza não apenas a intenção de se obter um instrumento de ampla negociação para assuntos de defesa, mas sim uma realidade de assunção de compromissos firmes por parte dos ministros de defesa e de relações exteriores dos Estados participantes no sentido de se fortalecer a Política Comum de Segurança e Defesa (CSDP)³, no âmbito da União Europeia. Dentre os países integrantes da cooperação, Berlim ocupa posição de vanguarda, sendo o país que mais investe em defesa, o que constitui fator de relevo em tomada de posicionamento da Alemanha para os assuntos de defesa, mormente pela situação do país como maior economia da União Europeia (World Bank, 2025).

Figura 4 – Investimentos totais em defesa dos países integrantes PESCO



Fonte: Adaptado pelo autor com base em SIPRI (2025).

3 A Política Comum de Segurança e Defesa (CSDP – Common Security Defence Policy) permite que a União assuma um papel de liderança nas operações de manutenção da paz, na prevenção de conflitos e no reforço da segurança internacional. É parte integrante da abordagem abrangente da UE em matéria de gestão de crises, com base em recursos civis e militares. Fonte: <https://www.eeas.europa.eu/eeas/common-security-and-defence-policy_en>. Acesso em 28 maio 2025.

4 O LIVRO BRANCO PARA A DEFESA DA EUROPA 2030

No mês de março de 2025, em meio à situação de ameaça vivida pela Europa, em decorrência do conflito russo-ucraniano que se desenvolve desde fevereiro de 2022, a União Europeia apresentou o Livro Branco para a Defesa Europeia – Prontidão 2030. Consciente das necessidades no que se refere à Defesa, o continente europeu alçou a manutenção da paz a uma condição central entre os projetos da União Europeia. Em termos práticos, os Estados-Membros devem assumir maior responsabilidade pela defesa no âmbito continental, no escopo da mensagem trazida pela Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, no dia 19 de março de 2025, por ocasião da apresentação do novo documento de defesa:

Hoje, apresentamos um plano para enfrentar ameaças imediatas e fortalecer a defesa da Europa a longo prazo. Fazemos isso não para travar uma guerra, mas para nos prepararmos para o pior, defender a paz na Europa e permanecer firmes por um mundo onde a força não pode fazer o bem. (Kallas, 2025).

Em face da percepção do estado atual da situação da segurança europeia, notadamente pela questão da guerra russo-ucraniana e da própria identificação da Rússia como ameaça ao flanco leste da OTAN, a União Europeia estabeleceu o ReArm EUROPE PLAN/Readiness 2030, com as suas respectivas fontes de custeio. Com previsão de levantamento de € 800 bilhões no âmbito da UE, as fontes de recursos são o acionamento da Cláusula de Salvaguarda Geral, ou Cláusula de Escape do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) da União, o lançamento da iniciativa SAFE (Security Action for Europe) e a mobilização do Banco Europeu de Investimentos, bem como de capital privado, notadamente no âmbito da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA)⁴.

Figura 5 – ReArm EUROPE/Readiness 2030



Fonte: adaptado pelo autor com base em European Union (2025a)

⁴ EFTA – European Free Trade Association

O Livro Branco busca estabelecer, em oito eixos principais, o atingimento das capacidades necessárias para enfrentamento da atual situação de degradação da situação de segurança na Europa:

Figura 6 – Eixos estruturantes do Livro Branco para a Defesa da Europa – Prontidão 2030

LIVRO BRANCO PARA DEFESA DA EUROPA – PRONTIDÃO 2030	
PRINCIPAIS ÁREAS	CARACTERÍSTICAS
Maiores capacidades militares até 2030	Desenvolvimento de capacidades críticas
Aumentar o apoio à Ucrânia	Assistência militar direta à Ucrânia, integração da indústria de defesa ucraniana à UE e associação de Kiev a iniciativas para aquisição ou desenvolvimento de ativos de defesa
Maior investimento conjunto em defesa	Adquirir meios por processos da OTAN e UE, em processos integrados de aquisição, promovendo desenvolvimento regional com redução de dependência externa
Tornar a indústria de defesa europeia mais forte, mais competitiva e mais inovadora	Concentrar as demandas dos Estados-Membros, promovendo previsibilidade e desenvolvimento
Dissuasão através de inovação disruptiva	Apoiar investimentos em novas tecnologias, incluindo-se Inteligência Artificial e inovações quânticas
Reforçar a preparação europeia para os piores cenários	Para mobilizar eficazmente tropas e bens militares em toda a EU, priorização imediata de mobilidade militar e estoque de munições
Buscar opções de financiamento	<ul style="list-style-type: none"> - Cláusula salvaguarda geral no contexto do pacto de estabilidade e crescimento⁶ - Ação de Segurança para a Europa – <i>Safe Instrument</i> - Aportes do Banco de Investimento Europeu e de capital privado
Fortalecer parcerias com países com ideias semelhantes ao redor do mundo	Trabalhando com os Estados-Membros para melhorar a mobilidade militar, estocar recursos essenciais e fortalecer as fronteiras externas, principalmente a fronteira terrestre com a Rússia e a Bielorrússia.

Fonte: adaptado pelo autor com base em European Union (2025b)

A iniciativa representa um grande avanço para a consecução de objetivos ambiciosos em termos de incremento de capacidade de defesa, e identifica sete áreas de capacidades críticas:

Figura 7 – Áreas de capacidades críticas identificadas pela União Europeia

ÁREAS DE CAPACIDADES	
Defesa aérea e anti-mísseis	Mobilidade militar
Sistemas de Artilharia	Inteligência artificial, guerra cibernética e guerra eletrônica
Mísseis e munições	Proteção de infraestruturas críticas, transporte aéreo estratégico, reabastecimento ar-ar e marítimo, consciência situacional e ativos espaciais
Sistemas de drones e de defesa anti-drone	

Fonte: adaptado pelo autor com base em European Union (2025b)

No caso alemão, a busca por agilidade em processos aquisitivos e desburocratização já são realidade. Especificamente, Siebold (2025) assevera que os processos legais serão pautados pela minimização dos atrasos causados por contestações judiciais e concederá o poder de dinamizar algumas licitações a fornecedores e subcontratados europeus. Em seu argumento, o autor dá conta da utilização da Cláusula de Salvaguarda Geral do Pacto de Sustentabilidade e Crescimento da UE pela Alemanha, corroborando a adoção de medidas que caracterizam processo transformacional em favor de maior prontidão em defesa.

5 O CONCEITO OPERACIONAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO – OPERAÇÕES NO MULTIDOMÍNIO 2040

O Exército Brasileiro, no curso de sua transformação estuda, de forma perene, o incremento de Capacidades Militares Terrestres e, como desdobramento destas, de Capacidades Operativas (BRASIL, 2014) visando ao cumprimento de sua missão, claramente definida por intermédio do Sistema de Planejamento Estratégico do Exército (BRASIL, 2023b). Neste contexto, e em face da complexidade do ambiente operacional hodierno, a Força Terrestre desencadeou prospecção profícua com vistas a definir qual é o desenho de força adequado para o enfrentamento das ameaças componentes de cenários geopolíticos que sofrem mutação em grande velocidade.

Dessa forma, a capacidade dissuasória é fulcral na concepção estratégica de defesa do País. Nesse sentido, o fortalecimento do Poder Nacional, mormente em sua Expressão Militar (ESG, 2024), faz-se imperioso visando a garantir, em caso de falha na dissuasão, a decisão de eventual conflito no prazo mais curto possível e com um mínimo de danos à integridade e aos interesses nacionais, impondo condições favoráveis ao restabelecimento da paz.

A extensão territorial do Brasil, sua posição no subcontinente sul-americano e seu histórico de chancelaria caracterizado por boas relações e solução pacífica de controvérsias são traços que alçam o País a uma condição de visibilidade relevante no cenário mundial. Essa condição faz crescer de importância, portanto, a manutenção de prontidão permanente em ambiente operacional que abriga ameaças não estatais – dentre as quais merece relevo o crime organizado transnacional – as instabilidades decorrentes das mudanças climáticas, a propagação de informações que fomentam o descrédito crescente do papel do Estado nacional e da autoridade de seus governantes, o movimento progressivo do centro político-econômico mundial para o continente asiático, o delineamento de aproximações de caráter econômico, político ou ideológico entre países – para suporte em diferentes matizes, desde a conformação de acordos econômicos até o suporte em conflitos armados.

Neste contexto, é intuitivo o questionamento de quais deverão ser as formas de emprego da Força Terrestre, no universo das operações conjuntas, combinadas e interagências⁵, diante dos desafios decorrentes da complexidade do ambiente operacional futuro (BRASIL, 2023b). Especificamente, o horizonte temporal ora visualizado pelo Exército Brasileiro é o ano de 2040, sendo adotada a ideia central de Operações no Multidomínio, por meio da qual a Força Terrestre

Promoverá o desequilíbrio do oponente/inimigo, a partir de objetivos em profundidade, dificultando ou impedindo sua resposta ou reação contundente. Esse desequilíbrio será alcançado por meio da convergência de efeitos (letais e não letais) desejados (sincronização); ao mesmo tempo e em diversos locais (simultaneidade); escalonados no tempo e no espaço ao longo da campanha, com combinação de atitudes; nos diversos Domínios (terrestre, marítimo, aéreo, espacial, cibernético e eletromagnético) e nas três dimensões do combate (física, humana e informacional) (sobreposição). (BRASIL, 2023b, n.p).

Dessa forma, promove-se a inserção do Exército Brasileiro no contexto da preparação para os conflitos modernos, caracterizados por elevado grau de imprevisibilidade e incerteza.

⁵ As Operações Conjuntas são caracterizadas pelo emprego de meios de mais de uma força singular, sob um comando único, com representantes das forças singulares no estado-maior. As Operações Combinadas são aquelas realizadas com forças de duas ou mais nações. Para mais, ver BRASIL (2025, p. 2-32).

O empenho do Exército Brasileiro na configuração de um desenho de Força para o enfrentamento do ambiente operacional hodierno requer estudos aprofundados em torno da identificação das características dos cenários contemporâneos, do entendimento da dinâmica evolutiva da geopolítica mundial e, como desdobramentos, a confecção do diagnóstico de lacunas operativas e as decorrentes demandas por novas capacidades.

A Força Terrestre não pode prescindir de sistemas e materiais de emprego militar (SMEM)⁶ ou, em termo mais abrangente, de produtos de defesa que sejam o supedâneo de capacidades militares terrestres que assegurem o cumprimento das tarefas que estão no escopo de sua missão. A obtenção dos sistemas e produtos por meio de pesquisa e desenvolvimento em âmbito nacional é desejável, ensejando que o atendimento às necessidades seja apoiado em tecnologias críticas sob domínio nacional, possibilitando a autonomia tecnológica do País, sob pena de eventual defasagem tecnológica ou escassez de recursos limitarem o peso estratégico do Brasil no âmbito internacional.

O Conceito Operacional futuro do Exército Brasileiro considera possível a necessidade crítica de agregação de suas capacidades em proveito do poder naval do País (Brasil, 2023). Trazendo-se em consideração as restrições atuais das capacidades do Brasil em se contrapor a ações advindas de crises e conflitos pelo uso dos mares ou de garantir a soberania nas Águas Jurisdicionais Brasileiras, faz-se imperiosa a preparação para o enfrentamento a contestações que ameacem os interesses do Estado brasileiro no Atlântico Sul.

A preparação para a eclosão de conflito armado em ambiente de guerra híbrida, não pode estar dissociada da condução do combate em larga escala. Torna-se intuitiva, portanto, a necessidade de meios de condução de guerra convencional como forças blindadas e aviação. Destarte, o desenvolvimento de tecnologias de domínio nacional, reduz a dependência do País em relação a fornecedores estrangeiros.

O desenvolvimento e o aperfeiçoamento das capacidades de comunicação estratégica são de capital importância na composição do desenho de força pretendido para o Exército Brasileiro em 2040. Em que pese a continuidade de aplicação de poder letal pelos exércitos seja previsível, convém enaltecer que as dimensões humana e informacional são capazes de determinar a relevância e efetividade da própria vitória puramente militar (Brasil 2023b, 2025) obtida na dimensão física do mesmo espaço.

A análise da Estratégia Nacional de Segurança da Alemanha oferece elementos relevantes que podem subsidiar o desenvolvimento do Conceito Operacional do Exército Brasileiro. Apesar das particularidades dos contextos regionais de Brasil e Alemanha — especialmente em virtude da participação na OTAN e na União Europeia —, o exame do recente documento de defesa alemão fornece componentes que podem ser utilizados na formulação de formatos adaptáveis ou adotáveis pela Força 40. Assim, a seguir, serão exploradas as áreas estratégicas apontadas e suas possíveis aplicações no contexto brasileiro.

A caracterização da Estratégia de Defesa da Alemanha lançada em 2023 como "Zeitenwende", um ponto de inflexão estratégico pós-invasão da Ucrânia, tem impulsionado uma reestruturação profunda da Bundeswehr (Federal Republic of Germany, 2023). Em termos práticos, o documento delineia a forma de atuação das Forças Armadas no país em face da realidade que hoje

6 Segundo Brasil (2024, p. 36/36), o conceito de Sistema e Material de Emprego Militar (SMEM) é “armamento, munição, equipamentos militares e outros meios navais, aéreos, terrestres e anfíbios de uso privativo ou característicos das FA e seus sobressalentes e acessórios”.

se impõe na Europa, e que é marcada pela necessidade de transformar a estrutura de defesa para a confrontação de cenário de ameaça a partir do flanco oriental da OTAN. A observação das mudanças em curso nas Forças Armadas germânicas pode representar fonte de oportunidades para a aplicação de conhecimentos visando ao aperfeiçoamento da Concepção de Transformação do Exército Brasileiro, assim como do Conceito Operacional do Exército Brasileiro – 2040, que põe foco na transformação do EB com base nas Operações no Multidomínio, visando a se adaptar aos desafios futuros.

O direcionamento de esforços feitos pelo EB para o desenvolvimento nacional de sistemas e produtos de defesa, na busca de domínio tecnológico, requer capacidade de financiamento, que poderá se refletir no aumento do percentual do PIB para investimentos em defesa, a exemplo da recente evolução alemã neste sentido. Com efeito, o anúncio do investimento de € 100 bilhões em defesa, feito pelo antigo Chanceler Olaf Scholz, foi sucedido pelo de Friedrich Merz, de atingir 5% do PIB nos investimentos (Rutte, 2025), em consonância com o compromisso assumido pelos países integrantes da OTAN durante a Cúpula de Haia, em junho de 2025. Assim, os investimentos de Berlim em defesa poderão atingir € 170 bilhões (Cartmel, 2025).

O desenvolvimento de capacidade dissuasória pelo EB, como parte essencial da Expressão Militar do Poder Nacional, pode trazer à reflexão a possibilidade de aperfeiçoamento de mecanismo de defesa coletiva no subcontinente sul americano. Dessa forma, a observância da estratégia alemã, que enfatiza a dissuasão por meio da OTAN e a liderança europeia, pode trazer lições úteis ao Exército Brasileiro, particularmente à Força 40, em que pese haja diferenças nos contextos de inserção mundial, entre Brasil e Alemanha.

Conforme apresentado no presente artigo, a Estratégia Nacional de Segurança da Alemanha, de 2023, prevê investimentos em proteção de infraestruturas críticas e capacidades cibernéticas, modernizando sua arquitetura em defesa cibernética (Federal Republic of Germany, 2023). Esta realidade, que confere o caráter de resiliência para a atuação das forças armadas germânicas, no contexto de segurança integrada, vai ao encontro da previsão feita na atual Concepção de Transformação do Exército Brasileiro, que menciona a “proteção e ataques cibernéticos, sobretudo em infraestruturas críticas” (Brasil, 2023b, p. 6) como elemento que capacita a Força 40 a constituir elementos de força flexíveis e dotados de meios tecnologicamente avançados.

O imperativo de mobilidade estratégica planejado pelo EB em sua transformação em curso, demanda a capacidade de transportar os seus elementos a grandes distâncias, proporcionando velocidade de intervenção e flexibilidade de emprego, entre áreas estratégicas diferentes do território nacional, do entorno estratégico e em áreas de interesse. Neste contexto, é de grande relevância a observação do esforço da Bundeswehr para o desdobramento da 45ª Brigada Blindada, na Lituânia. Ativada em maio de 2025 (Bundeswehr, 2025), o desdobramento dessa Grande Unidade demandou esforço de mobilização de grande monta, evidenciando capacidade de deslocamento de elementos de combate a grandes distâncias.

Dentre as capacidades esperadas do EB no escopo da Força 40, encontram-se a interoperabilidade combinada multinacional, o intercâmbio de conhecimentos e a dotação com sistemas e materiais de emprego militar de alta tecnologia. A participação da Alemanha em 36 projetos da PESCO (Permanent Structured Cooperation, 2025), insere o país em realidade de inovação tecnológica, por meio do projeto e produção de equipamentos que agregam capacidades às Forças Armadas, demonstrando o engajamento da Alemanha na cooperação europeia em defesa. Dessa forma, a iniciativa europeia pode constituir, para o EB, fonte de experiências aplicáveis em sua busca por autonomia tecnológica e pelo fortalecimento da base industrial de defesa nacional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transformação do pensamento estratégico de defesa da Alemanha traz evidências significativas. Os avanços do país para a reestruturação de suas forças armadas demonstram que, apesar de décadas de uma Cultura Estratégica que obstaculizou Berlim na tomada de posicionamento mais assertivo para os assuntos de dissuasão militar, os alemães dão passos que podem trazer importantes lições a serem aprendidas pelo Exército Brasileiro, notadamente no esforço do desenvolvimento do Conceito Operacional do Combate no Multidomínio, o que consubstancia a Força 40.

O processo de transformação do Exército Brasileiro tem se desenvolvido com vistas a preparar a Força Terrestre para os desafios impostos pelo cenário contemporâneo, onde a multipolaridade, a emergência de novos centros de poder, as mudanças climáticas, o empreendimento de ações bélicas de grande letalidade por entes não estatais e o retorno da guerra à Europa – com suas lições decorrentes dos embates da guerra russo-ucraniana – desafiam os planejadores desde o nível político até o nível tático. Destarte, o desenvolvimento de capacidades e a concepção de um desenho de força capaz de confrontar as ameaças hodiernas são elementos imperiosos para a expressão militar do Poder Nacional.

As recentes mudanças geopolíticas na Europa, e particularmente o retorno da guerra àquele continente tem gerado modificações de grande envergadura. A recente publicação do Livro Branco para a Defesa da Europa – Prontidão 2030, em março de 2025, evidencia os esforços ora empreendidos pela UE no sentido de equipar e preparar as forças armadas de seus Estados-Membros. Em demonstração de uma crescente consciência em relação à necessidade de preparação para reforçar o flanco leste da OTAN, o documento dá conta das prioridades das ações, bem como das fontes de financiamento para as iniciativas em curso. Em termos práticos, a implementação das iniciativas ReArm Europe e SAFE constituem fontes de lições a serem observadas, posto que estabelecem medidas objetivas para a aquisição de materiais de emprego militar as suas correspondentes formas de custeio, respectivamente.

O estabelecimento da Cooperação Estruturada Permanente no âmbito da União Europeia – a PESCO – é evento capaz de trazer lições importantes ao processo transformacional militar no Brasil. O fomento de iniciativas de pesquisa e desenvolvimento de materiais de emprego militar, em esforço coordenado, constitui forma de incentivar a indústria regional e eliminar duplicidade de esforços, em ambiente de conjugação de capacidades produtivas e racionalização de investimentos.

No caso específico da Alemanha, cabe destacar a participação do país em 36 empreendimentos da PESCO, em áreas que contribuem para o desenvolvimento de capacidades operativas para o enfrentamento da realidade ora vivenciada pela Europa e que, portanto, oferecem ao Brasil modelo a ser eventualmente adaptado à realidade nacional, corroborando o aspecto previsto no Manual de Fundamentos Conceito Operacional do Exército Brasileiro – Operações no Multidomínio 2040, no sentido de gerar forças com base em lições aprendidas dos conflitos contemporâneos.

Ademais, a constituição da 45ª Brigada Blindada, na Lituânia, representa ação clara no sentido de reforçar a defesa da porção oriental do território da OTAN. Esse esforço confirma o compromisso de Berlim em contribuir com a segurança coletiva dos membros da aliança atlântica, além de materializar a mudança do pensamento estratégico de defesa do país que, notadamente nos anos que se seguiram à reunificação nacional, ocorrida em 1990, encontrava grande resistência, por conta de uma Cultura Estratégica que temia o regresso a um passado de guerras.

É de grande importância destacar a edição da Estratégia Nacional de Defesa no ano de 2023, que dá mostras da tomada de postura mais assertiva por Berlim para os assuntos de segurança

e defesa, consubstanciando o *Zeitenwende* anunciado pelo ex-Chanceler Olaf Scholz. Como medida expressiva deste ponto de virada vivenciado pela Alemanha, encontra-se o anúncio do investimento de 100 bilhões de Euros na reestruturação das forças armadas do país. Esse aspecto, somado à declaração do atual chefe de governo alemão Friedrich Merz de incrementar os investimentos, que poderão chegar a €170 bilhões, corrobora o compromisso assumido perante a OTAN, no último mês de junho de 2025, de dedicar 5% do PIB à defesa.

O momento ora evidenciado pelo Exército Brasileiro torna relevante a observação dos contextos militar e geopolítico da Europa. As recentes inflexões, dentre as quais pode-se destacar as edições da Estratégia Nacional de Segurança da Alemanha e o Livro Branco para a Defesa da Europa – Prontidão 2030, representam desdobramentos do chamado “retorno da guerra à Europa” e constituem fontes de conhecimentos capazes de oferecer subsídios ao desenho da Força 40.

REFERÊNCIAS

- BERGER, Thomas. **Cultures of Antimilitarism**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1988.
- BINDENAGEL, J. D.; ACKERMANN, P.A. **Germany's Troubled Strategic Culture Needs to Change**. Disponível em: <<https://www.gmfus.org/news/germanys-troubled-strategic-culture-needs-change>>. Acesso em 22 de maio de 2025.
- BORRELL, J. **The Year That War Returned to Europe**. The Diplomatic Service of the European Union. Bruxelas, 27 mar. 2023. Disponível em: https://www.eeas.europa.eu/eeas/2022-year-war-returned-europe_en. Acesso em 22 mai. 2025.
- BRASIL. **Catálogo de Capacidades do Exército 2015-2035**. Brasília: Estado Maior do Exército, 2014.
- BRASIL. **Concepção de Transformação do Exército Brasileiro e Desenho da Força 40**. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2023a.
- BRASIL. **Manual de Fundamentos Conceito Operacional do Exército Brasileiro – Operações de Convergência 2040 (EB20-MF-07.101)**. 1. ed. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2023b.
- BRASIL. **Instruções Gerais para a Gestão do Ciclo de Vida dos Sistemas e Materiais de Emprego Militar (EB10-IG-01.018)**. 3 ed. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2024.
- BRASIL. **Manual de Campanha Operações (MC 3.0)**. 6. ed. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2025.
- BUNDESWEHR. **The Bundeswehr in Lithuania: Major Steps Towards the German Manoeuvre Brigade**. Strausberg: German Army Headquarters, 2025. Disponível em <https://www.bundeswehr.de/en/news/bundeswehr-lithuania>. Acesso em 25 jun.2025.
- BURNS, R.; WILSON, Damon M.; LIGHTFOOT, Jeff. **Anchoring the Alliance**. Washington: The Atlantic Council, 2012.
- CARTMELL, Rory. **Beyond the billions: NATO's defence spending pledges mask a multi-track Europe**. King's College London. 19 jun. 2025. Disponível em <https://www.kcl.ac.uk/beyond-the-billions-natos-defence-spending-pledges-mask-a-multi-track-europe>. Acesso em 13 ago. 2025.

DELIVORIAS, Angelos. **A ‘Cláusula de Salvaguarda Geral’ no Contexto do Pacto de Estabilidade e Crescimento**. Briefing. Bruxelas: Parlamento Europeu, 2025. Disponível em [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2020/649351/EPRS_BRI\(2020\)649351_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2020/649351/EPRS_BRI(2020)649351_EN.pdf). Acesso em 22 jun. 2025.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Fundamentos do Poder Nacional**. Rio de Janeiro: ESG, 2024. 164 p.

EUROPEAN UNION. Council Decision (CFSP) 2017/2315 of 11 December 2017 establishing permanent structured cooperation (PESCO) and determining the list of participating Member States. **Official Journal of the European Union**. Brussels: EU, 2017.

EUROPEAN UNION. **ReArm Europe Plan/Readiness 2030**. Factsheet. Brussels: European Commission, 2025a. Disponível em https://defence-industry-space.ec.europa.eu/document/download/13ec18d2-8366-4fc8-a4ff-2bdfdf8e1f5f_en?filename=REARM%20Europe%20factsheet%20v17_1.pdf. Acesso em 19 jun. 2025.

EUROPEAN UNION. **White Paper for European Defence – Readiness 2030**. Factsheet. Brussels: European Commission, 2025b. Disponível em https://defence-industry-space.ec.europa.eu/document/download/3ce35bde-8519-416a-bc89-56a3681629ac_en?filename=WP+on+defence+-+factsheet+v23_0.pdf. Acesso em 19 jun. 2025.

FEDERAL REPUBLIC OF GERMANY. **Robust. Resilient. Sustainable. Integrated Security for Germany. National Security Strategy**. Berlin: Federal Foreign Office, 2023.

FULBROOK, Mary. **História Concisa da Alemanha**. Tradução Bárbara Duarte. 2. ed. São Paulo: Edipro, 2016. (Série História das Nações). ISBN 978-85-7283-936-5.

GOEDECKE, Matthias. **The modernization of the Bundeswehr: A New Trend in Germany’s Security Policy**. 2003, 36f. Air Command and Staff College, Maxwell, 2003.

GOTKOWSKA, Justyna. **Berlin and PESCO: German priorities in developing military cooperation within the EU**. Analyses, Center for Eastern Studies, 25 Out. 2017. Disponível em <https://www.osw.waw.pl/en/publikacje/analyses/2017-10-25/berlin-and-pesco-german-priorities-developing-military-cooperation>. Acesso em 8 jun. 2025.

GRAY, Colin S. **National Style in Strategy: The American Example**. *International Security* v. 6, n. 2, p. 35-37, 1981.

GRAY, Colin S. **Strategic culture as context: the first generation of theory strikes back**. *Review of International Studies*, Londres, Cambridge University Press, v.25, n.1, p. 29-49, jan. 1999.

IISS – International Institute for Strategic Studies. **The Military Balance 1991-1992**. Londres: IISS, 1992.

IISS – International Institute for Strategic Studies. **The Military Balance 2024**. Londres: IISS, 2024.

KUHBIER, Bernd F. **A Transformação das Forças Armadas da República Federal da Alemanha: de 1990 até o presente momento**. 2012. 60 f. Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia, Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2012.

- KUNDNANI, Hans. **The paradox of German Power**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2015.
- KALLAS, Kaja. In: **White Paper for European Defence – Readiness 2030**. Brussels: The Diplomatic Service of the European Union, 21 mar. 2025. Disponível em: https://www-eeas-europa-eu.translate.goog/eeas/white-paper-for-european-defence-readiness-2030_en?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc#104846. Acesso em 21 jun. 2025.
- KLEIN, Yitzhak. **A Theory of Strategic Culture**. Comparative Strategy, Londres, v.10, nº 1, p. 3-23, 1991.
- LEYEN, Ursula von der. **Speech by Federal Minister of Defence Dr Ursula von der Leyen on the occasion of the opening of the 54th Munich Security Conference**. Munich: Bundesministerium der Verteidigung, Feb. 2018. Disponível em: <https://www.bmvg.de/resource/blob/22180/a4b7d92394e5ff6b7689c79cc71fa9d9/20180216-download-eroeffnungsrede-englisch-data.pdf>. Acesso em 11 jun. 2025.
- LIEBIG, Sarah E. **The German Army at a Crossroads of Modernization**. 2015, 73f. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Francisco, São Francisco, 2015.
- LONGHURST, Kerry. **Germany and the Use of Force**. Manchester: Manchester University Press, 2004.
- MAJOR, Claudia; MÖLLING, Christian. Germany's strategic reckoning: Finally ready to assume leadership. **European Policy Centre**. Bruxelas, 14 mai. 2025. Disponível em <https://epc.eu/publication/Germanys-strategic-reckoning-Finally-ready-to-assume-leadership-653240/> Acesso em 18 jun. 2025.
- MEIERS, Franz-Josef. **Germany's defence choices**. Survival: Global Politics and Strategy, Londres, v. 47, nº 1, p. 153-165, 2005.
- MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 2001.
- PERMANENT STRUCTURED COOPERATION. **PESCO: Member States Driven - Projects**. Disponível em <<https://pesco.europa.eu>>. Acesso em 01 jun. 2025.
- READMAN, Kristin. **Germany and the Baltic Problem After the Cold War: The Development of a New Ostpolitik, 1989-2000**. Londres: Routledge, 2004. 288p.
- RUTTE, Mark. **Joint press conference by NATO Secretary General Mark Rutte with the Federal Chancellor of Germany, Friedrich Merz**. Haia: North Atlantic Treaty Organization, 2025. Disponível em https://www.nato.int/cps/en/natohq/opinions_236934.htm. Acesso em 13 ago. 2025.
- SCHOLZ, Olaf. In: FEDERAL REPUBLIC OF GERMANY. **Robust. Resilient. Sustainable. Integrated Security for Germany. National Security Strategy**. Berlin: Federal Foreign Office, 2023.
- SIEBOLD, S. **German arms purchase to favour speed over supplier origin, top official says**. Disponível em: https://www.reuters.com/business/aerospace-defense/german-arms-purchases-favour-speed-over-supplier-origin-top-official-says-2025-06-16/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em 16 jun. 2025.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (SIPRI). **SIPRI Military Expenditure Database**. Solna: SIPRI, 2025. Disponível em: <https://www.sipri.org/databases/milex>. Acesso em 15 jun. 2025.

UNITED STATES OF AMERICA. **Field Manual Planning and Order Production (FM 5-0)**. Washington D.C.: Department of the Army, 2022.

WORLD BANK. **GDP (current US\$) – Germany**. Disponível em <https://data.worldbank.org/country/germany>. Acesso em 13 jun. 2025.